

Educação, Religião e República: repercussões dos debates entre Católicos e Republicanos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931)

*Carlos Henrique de Carvalho
Wenceslau Gonçalves Neto*

Resumo

Trata-se de um estudo que buscou caracterizar as particularidades percebidas através dos debates entre católicos e republicanos no interior do Brasil, mais especificamente na região do Triângulo Mineiro, no período compreendido entre 1892 a 1931, tendo nos jornais da época a principal fonte documental da pesquisa. Buscou-se, ainda, compreender as articulações do regional com o nacional, como forma de ter um quadro histórico mais abrangente, não apenas em relação ao conflito, mas também perceber as concepções e dimensões de educação que eram propostas pelos dois grupos em disputa.

Palavras-chave: Educação, Imprensa, República, Igreja Católica e Liberalismo.

Abstract

This is a study who objectives to identify the singularities found in the debates between Catholics and Republicans in Brazil, more specifically in Triângulo Mineiro's area, from 1892 to 1931, using the newspapers as the documental sources for this investigation. We try to comprehend the relations from local to national for a complete historical panoramic, not just about conflicts but also realizing the educational ideas and dimension considered by both groups.

Key-words: Education, Press, Republic, Catholic Church e Liberalism.

Introdução

A periodização definida para o presente estudo (1892-1931) acompanha o processo de discussão e implantação do ensino público na região do Triângulo Mineiro, na qual privilegiamos os municípios de Uberabinha¹ e Uberaba² bem como o aparecimento das primeiras manifestações favoráveis e contrárias a essa forma de ensino na imprensa regional. Foi de suma importância, para a definição desse período, a identificação dos seguintes jornais: *O Popular* (1892), *Tribuna do Povo* (1893), *Correio Catholico* (1895), *Cazeta de Uberaba* (1898) e *Lavoura e Comercio* (1899); todos esses jornais circularam na cidade de Uberaba. Já no município de Uberabinha foi possível encontrar os jornais: *A Republica* (1897), *O Progresso* (1907), *Paranayba* (1914), *A Tribuna* (1919) e *Triângulo Mineiro* (1926), escopo documental esse que subsidia a análise que realizamos sobre os debates entre os católicos e republicanos na região do Triângulo Mineiro, no período acima referido.

No interior desses marcos referenciais o Brasil enfrentará toda sorte de adversidades e procurará caminhos que lhe permitam superar tanto as mazelas herdadas do império como definir os contornos de sua identidade republicana. Em seu início era necessário não apenas defender e garantir a continuidade da República, mas também formar uma ideologia que permitisse a todos enxergarem-se como cidadãos, responsáveis e empreendedores de uma nova era. E para a consolidação deste receituário a educação é chamada à cena para preparar a população para esta nova realidade. Os fatos, contudo, não permitiram à nascente República colocar a difusão da educação no rol de suas realizações. Maria Elizabete S. P. Xavier observa que

No Brasil, entretanto, os limites da realidade concreta, expressos na parca diversidade da atividade econômica nacional, na simplicidade das formas de produção exigidas pelas formas de dominação capitalista vigentes e na extrema concentração de privilégios, parecem ter-se imposto sobre as ilusões de ascensão ocupacional via

¹ CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. *A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha-MG 1911 – 1930)*. Uberlândia, UFU, 2002 (Dissertação); GATTI, Giseli Cristina do Vale e INÁCIO FILHO, Geraldo. *História e Representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950)*. *Educação e Filosofia*. Uberlândia: EDUFU, Vol 18, Número Especial – Maio de 2004, pp. 69-104.

² OLIVEIRA, Sirlene de Castro. *Embates entre o ensino religioso e o ensino laico na imprensa de Uberaba – MG (1924-1934)*. Uberlândia: UFU (Dissertação de Mestrado), 2002.

ascensão escolar. E os ideais liberais da escola 'redentora', promotora de progresso individual e social, móvel do desenvolvimento econômico, acabaram por se traduzir na acanhada defesa da ampliação do sistema tradicional que produzia elites dominantes³.

Se a realidade desmentia, isto não impedia, no entanto, que a ideologia da educação fosse amplamente difundida e fizesse parte do imaginário da população. São exatamente estas representações que temos encontrado de forma quase onipresente nas publicações dos jornais e revistas e que norteiam os libelos em favor da educação, da difusão do ensino (principalmente público) e da confiança depositada no futuro a cada nova escola que era aberta na região.

É neste contexto que a Igreja Católica iniciou um movimento de reação contra os princípios da República, em vista de seu caráter laico; havia ainda muitos prelados e clérigos saudosistas da época imperial, quando a instituição eclesíástica gozava de uma série de privilégios, por ser o catolicismo a religião oficial do país⁴. Esta preocupação é externalizada por Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, em sua Carta Pastoral de 16/07/1916, através da qual expressa os meios para enfrentar os problemas que atingem a Igreja Católica no Brasil, ao preconizar a importância da pregação, da evangelização do trabalhador, da leitura, da instrução religiosa no lar e, acima de tudo, nas escolas. Portanto, conforme argumenta Tristão de Athayde (Alceu de Amoroso Lima),

o ideal pedagógico, da realidade e do método, é condição prévia de ordem e harmonia necessária à ciência da educação. E só assim poderemos chegar a uma pedagogia integral, que não sacrifique o equilíbrio fundamental entre a ordem natural e sobrenatural das coisas. E o caminho da pedagogia católica, a meu ver, deve ser justamente o estudo acurado de todos os métodos novos, introduzidos pela pedagogia moderna, de todos os fatos revelados pela psicologia experimental ou pelas experiências seculares do tema à luz de uma filosofia verdadeiramente católica da vida. E o sentido que damos aí ao termo católico é tanto de substantivo como de adjetivo, isto é, tanto de doutrina da verdadeira posição do homem na vida histórica, como da universalidade, integralidade de

³ *Capitalismo e Escola no Brasil: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)*. São Paulo: Papirus, 1990, p. 61.

⁴ O Estado, para os católicos, está para a pessoa e não a pessoa para o Estado. A razão de ser do Estado é a de vir ao encontro das necessidades do indivíduo e da família, por si só insuficientes para atender todas as solicitações do Bem Comum. Nesse sentido, deve-se submeter a Igreja, pois os interesses da ordem espiritual superam os da ordem temporal. Para este grupo, mesmo que a religião católica não seja a oficial do Estado, ela se constitui na religião nacional, em razão do Brasil ter nascido, crescido e educado sob a égide do cristianismo. Cf. ATHAYDE, Tristão. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

sua expansão.⁵

Contradizendo a pregação católica, os republicanos acusam-na de manter um posicionamento de total inércia frente a um dos problemas mais graves do país naquele momento, ou seja, o combate ao analfabetismo do povo brasileiro. A esse respeito, Jorge Nagle faz as seguintes colocações:

(...) a Igreja Católica foi acusada de não colaborar para o combate ao analfabetismo apesar de possuir recursos e organização para isso. Ainda mais, o Catolicismo no Brasil, como ocorreu em outros países, foi culpado de ser um fator de analfabetismo, pois, nas nações em que vingou, se encontram os maiores índices de população analfabeta. Disso tudo, decorre o grande dever do Catolicismo no Brasil: exercer, no máximo, o papel educativo que lhe cabe, mas sem procurar enfraquecer e desvirilizar o povo brasileiro, com o emprego de noções e teorias.⁶

Por outro lado, os republicanos ganham legitimidade pelo apoio, quase que incondicional, dos positivistas⁷ e liberais⁸, cuja às doutrinas obtiveram grande aceitação nos estratos sociais das elites, as quais procuraram incentivar o espírito cívico, em torno do ideal republicano⁹, encontra posição ao pensamento conservador da Igreja Católica, que se apresentava contrária ao processo de secularização da sociedade brasileira levada adiante pela Primeira República.

Percebe-se, então, que o período republicano é caracterizado pela luta ideológica entre liberais e católicos no Brasil¹⁰, a qual se propagou por todo o território, alcançando até mesmo as pequenas cidades do interior do país. É na tentativa de identificar como esses conflitos se materializaram em localidades distantes dos grandes centros que nos propomos desenvolver este estudo, com o objetivo de compreender a expressão de valores morais

⁵ ATHAYDE, Tristão. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931, p.19.

⁶ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976, p. 106.

⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e CARVALHO, Carlos Henrique e CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. O positivismo e o pensamento educacional de Durkheim. *Educação e Filosofia*. Uberlândia: Vol. 14, nº27/28 jan/jun e jul/dez 2000, pp-81-90.

⁸ Cf. PAIN, Antônio. *O liberalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

⁹ Cf. PAIM, Antônio (org). *Plataforma política do Positivismo ilustrado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História da República*. Tomos I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

¹⁰ Cf. CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

católicos e, republicanos, devido ao contexto aqui tratado; tem na imprensa da cidade de Uberlândia o lugar privilegiado para procurar entender as dimensões de como esses conflitos ideológicos se configuraram através das propostas educacionais que foram publicizadas por meio dos jornais. Isto porque conseguiam velar estas suas posições, ao passarem a idéia de que eram *defensores da verdade, ideal supremo das luzes*¹¹. A imprensa¹² se colocava fora do poder político, mas de forma aparente, para se colocar enquanto intérprete do povo, da sua opinião. A República era recuperada pela imprensa como o espaço da visibilidade, da transparência, da verdade. Ela mantinha seus olhos voltados para o povo e cobrava este mesmo posicionamento do governo e dos governantes, que eram tidos como aqueles que não queriam enxergar.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena, Imprensa, uma mercadoria política. *História e Perspectiva*. Uberlândia: nº 4, jan/jun, 1991, p. 132.

¹² VIDAL, Diana Gonçalves & CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. "A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: v.73, nº 175, p. 408. CATANI, Denice Bárbara. *Informação, Disciplina e Celebração: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*. Texto apresentado na XVI Reunião Anual da ANPED, Caxambú, MG, 1993. Publicado na Revista da Faculdade de Educação, v. 21, n. 2, jul./dez. 1995, p. 9-30; *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo – 1902-1919*. São Paulo: FEUSP, 1989, tese de doutorado; *A imprensa pedagógica periódica e a constituição do campo educacional paulista*. SBPC/Anais, 1992; *A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional*. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, MG, 10(20):115-130, jul./dez. 1996; CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Educação em Revista: A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. ARAUJO, José Carlos Souza, et alii. *Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921)*. *História da Educação*, Pelotas, RS, 2(3):59-94, abril 1998. BASTOS, Maria Helena Câmara. *O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo: FEUSP, 1994, tese de doutoramento; *As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1952)*. In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.), 1997; Apêndice- "A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944". In: *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. NÓVOA, António. *A imprensa de educação e ensino – repertório analítico (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993; *A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português*. In: Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.), 1997; GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952*. Campinas: Unicamp, 1995. GONÇALVES NETO, Wenceslau et alii. *Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX*. *Revista de Educação Pública*, 1997, Cuiabá, nº 6. NÓVOA, Antonio "A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português". In: (Org.) Denice CATANI et alii. *Educação em Revista- A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p.31.

De acordo com Capelato¹³, os “jornalistas” da época tinham uma missão pedagógica: ensinar os cidadãos a atuar politicamente, e, ao mesmo tempo, impedir que se rebelassem. Ou seja, tinham uma dupla função: criticar e controlar os abusos do poder, cego, de um lado e segurar as “massas” revoltadas de outro lado. Daí considerarem-se superiores. Sua missão educadora e política, neste sentido, seria conscientizar, disciplinar, *transformar o povo bronco em cidadãos conscientes e ordeiros*¹⁴. Exatamente por esta riqueza implícita aos conteúdos informativos, é que os periódicos locais foram privilegiados durante o desenvolvimento desse trabalho.

Quanto à opção por uma história local e regional¹⁵ isto não quer significar um menosprezo ou uma oposição à história geral. A ideia de se trabalhar com uma imprensa local, praticamente inexplorada enquanto fonte histórica, apenas nos faz pressupor novas interpretações. Ou seja, nos depararmos com determinados artigos, inéditos, que nos obrigaram a questioná-los também de forma mais profunda. Entender como a educação era pensada, as preocupações que se tinha sobre ela, quem levantava problemas a ela relacionados, quais saídas eram propostas, do quê ou de quem dependia colocar em prática esta ou aquela solução, e isto tudo em

¹³ Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª edição: 1994.

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., p. 134.

¹⁵ No século XX, a historiografia francesa rompe com a tradição positivista do século XIX, considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades sociais, objetivando conhecer, não só o projeto vitorioso, bem como outros projetos que não conseguiram se sobressair no espaço social. Inicia-se um processo de renovação das análises históricas, com a escola dos ANNALES. Criada em 1929, pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, ela possibilitou a abertura de novas fronteiras interpretativas, pois ampliou o campo das fontes documentais, não aceitando apenas, como documento, os escritos oficiais, como propugnava a tradição positivista. Em suma, “*esta escola, crítica severa de idéias, tradicionais e preconceitos elitistas, chamou a atenção para novos grupos sociais e propiciou oportunas associações interdisciplinares entre historiadores e estudiosos de Economia, Sociologia, Psicologia, Biologia e Demografia*”. Assim, em função desse novo referencial, multiplicam-se estudos relacionados à História local, que passam a ser objeto “*de monografias sobre regiões específicas podem nos conduzir muito mais longe; podem servir para destruir muitas das concepções gerais que em tempos passados apareceram tão vigorosas*”. Cf. GOUBERT, Pierre. “História Local”. *História e Perspectiva*. Uberlândia: n° 6, EDUFU, 1992, pp-51-52. Cf. também SILVA, Marcos da. “A história e seus limites”. *História e Perspectiva*. Uberlândia: n° 6, EDUFU, 1992, pp-59-65, onde autor faz uma fecunda discussão sobre a importância e as limitações da História local e regional, destacando que é a partir desses espaços que “*ocorrem experiências vivências pelos grupos dominantes, englobando paisagens, relações pessoais, memória familiar e de grupos de convívio em etapas etárias, condição sexual, profissão, escolaridade, tradições e práticas associativas, dentre outras possibilidades*”. pp-60-61.

localidades que tinham pouca importância (se formos pensar no âmbito nacional) naquele contexto; as respostas para estas perguntas e outras ainda, se somadas, desvelaram um outro Brasil, uma outra Minas Gerais, um outro Triângulo Mineiro e outra Uberaba e Uberabinha, estas também estavam amalgamadas por conflitos ideológicos entre católicos e republicanos que repercutiam como uma verdadeira caixa de ressonância, daquilo que grassava no contexto dos grandes centros urbanos do país.

São novos sujeitos e novas problemas que, por sua vez, vão compor outros caminhos para se entender a História da Educação no Brasil. Trata-se de desnudar outras experiências e outras visões que também não deverão servir simplesmente para compartimentar a história, mas sim acrescentar outros elementos à sua compreensão. A educação torna-se tema geral, inclusive na Primeira República, mas que pôde ser tratado a nível local, justamente para mostrar a presença das peculiaridades entre os debates que envolveram católicos e republicanos no interior do Brasil, como ainda suas diferenças, suas individualidades e, por que não, para promover comparações com outras localidades, com outras regiões.

Sobre a importância dos jornais locais John Wirth os caracteriza da seguinte forma:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o debate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos (...) os números de jornais (quase sempre efêmeros) dedicados à literatura e ao humor estavam em segundo lugar dentre as publicações de interesses especializado, depois da imprensa religiosa. A imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local.¹⁶

Por isso, a importância de se compreender esses jornais, pois eles expressaram as reflexões, os modos de pensar, os pontos de vista, enfim, as idéias gerais, que circularam nesse meio de comunicação (imprensa escrita) na Primeira República, sobre o ensino; divulgando as concepções católicas e republicanas que circularam nas cidades de Uberaba e Uberabinha.

¹⁶ WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 131.

A imprensa como fonte de pesquisa

Os estudos que utilizam a imprensa como referência para a compreensão da realidade brasileira, nos últimos tempos, têm se desenvolvido muito nos meios acadêmicos, notadamente na área de História. Como demonstram os estudos desenvolvidos por Ana Maria de Almeida Camargo, ao fazerem importantes reflexões acerca da utilização da imprensa como fonte para o trabalho do historiador, pois

o jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberativas (...) A imprensa como um meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias apresenta os problemas como foram vistos e sentidos pelos participantes – coloridos, portanto, pela própria vivência da situação¹⁷.

A conjugação da informação jornalística com a metodologia histórica tem se mostrado produtiva para ambas as áreas. Tanto a imprensa ganhou na forma de tratar suas informações e no enriquecimento de sua própria história, como a história propriamente dita encontrou um novo manancial de dados, a partir do qual pode ampliar seu ângulo de visão e promover interpretações mais abrangentes e que consigam reproduzir de forma mais eficiente a dinâmica social¹⁸. Da mesma forma, também no campo educacional têm surgido importantes trabalhos que tomam como objeto de estudo a imprensa educacional, dando um grande contributo tanto em termos de percepção da realidade como de demonstração metodológica de novas formas de se compreender a educação através da utilização de outras fontes de informação. O universo da imprensa é ricamente diversificado, permitindo múltiplas

¹⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho*: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.(Dissertação).

¹⁸ Conferir, por exemplo, Arnaldo D. Contier, *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842*: Matizes do Vocabulário Político e Social, Petrópolis, Vozes, 1979; Maria Rosa Duarte de Oliveira, *João Goulart na Imprensa*: de Personalidade a Personagem, São Paulo, Annablume, 1993; Maria Helena R. Capelato & Maria Lígia Prado, *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”). São Paulo, Alfa-Ômega, 1980; abordando a realidade mineira, cf., por exemplo, Maria Céres P. S. Castro et alii. *Folhas do Tempo*: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG, 1997; Wenceslau Gonçalves Neto e Henrique Carvalho Lobato, "Modernização da Agricultura e Imprensa: Uberlândia, MG, 1966-1971", *Anais*, Vol. 1, III Congresso Brasileiro de História Econômica, Niterói, ABPHE/UFF, outubro 1996, pp. 76-93.

aproximações, mas as que mais têm se destacado são aquelas que tratam especificamente das publicações voltadas diretamente para as questões educacionais. Este veio tem se mostrado excepcional para o aprofundamento de questões relativas à prática docente, aos métodos e técnicas utilizados nas escolas em épocas distintas, a nuances da organização dos profissionais da educação, e também em momentos mais recentes retrata em parte os debates em torno das laicização do ensino e da reação de grupos ligados ao pensamento católico. Por outro lado, esses periódicos retratam, principalmente, o trabalho docente e vão além da interpretação da lei, da crítica ou defesa de políticas governamentais, da presença ou omissão do Estado. Denice Barbara Catani sintetiza muito bem o alcance do estudo da imprensa especializada:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares¹⁹.

Além do exposto, António Nóvoa acrescenta algumas reflexões que não podem ser esquecidas quando se utiliza a imprensa, particularmente a educacional, como fonte de informação para a compreensão da História da Educação:

Estamos na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitem construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula. Apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu carácter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a idéias, a normas legais ou a situações políticas. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais,

¹⁹ “A Imprensa Periódica Educacional: As Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional”, op. Cit., p. 117.

associações, instituições, etc.)²⁰.

Estas duas passagens são indicativas da importância de se ampliar o horizonte de estudo da História da Educação, incorporando-se a imprensa periódica especializada neste contexto. Não apenas se promove um arejamento na pesquisa histórico-educacional, com saudáveis conseqüências para a área, como se projeta a imprensa como um campo extremamente promissor para este fim. Contudo, como já alertamos, a imprensa enquanto campo é marcadamente variada e a aproximação pela via das publicações especializadas é apenas uma das possibilidades, mas não a única, ainda que talvez a mais importante. A comprovação deste valor não pode fixar a atenção dos historiadores apenas a este viés, mas inclusive, projetá-lo para a ampliação das opções que a imprensa apresenta, tanto em análises específicas como complementação ao que se apreende da imprensa especializada.

Ao lado das questões políticas, econômicas, culturais, sociais e de cunho religioso, os problemas relacionados à educação recebem, ao longo de todo o período pesquisado, destaque especial no noticiário. Se estas informações perdem em densidade especificamente educacional, já que muitas vezes são produzidas por leigos, que não acompanham diretamente as teorias e a prática educacional, ganham em densidade interpretativa, pois vêm carregadas do cotidiano da comunidade, onde suas análises ou descrições visam ao envolvimento e à busca de soluções para os problemas conjuntos dessa comunidade. Portanto, se o historiador estiver devidamente munido do aparato teórico e dominando os fatos do contexto histórico, são configuradas as informações jornalísticas, constituindo-se em fonte inigualável para o estudo da História da Educação, contribuindo para a ampliação da compreensão do processo de expansão da educação, da difusão de concepções educacionais, dos usos políticos, das lutas dos diferentes estratos sociais pela educação.

As informações sobre educação, constantes dos jornais e revistas, relacionadas à cidade de Uberabinha²¹, tornam-se, desta forma, em elementos-chave para a compreensão da História da Educação, das práticas

²⁰ “A Imprensa de Educação e Ensino: Concepção e Organização do Repertório Português”. In: Denice Barbara Catani e Maria Helena Camara Bastos, op. Cit., p. 13.

²¹ Cf. CARVALHO, Carlos Henrique de, GONÇALVES NETO, Wenceslau e ARAUJO, José Carlos Souza. Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930/1950) ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (orgs) *Novos temas em história da educação brasileira*: instituições escolares e educação na imprensa Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG EDUFU, 2002 pp: 67-89; GONÇALVES NETO, Wenceslau e CARVALHO, Carlos Henrique de. O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). *História da educação em perspectiva*: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG EDUFU, 2005 pp: 263-294.

educativas, das relações político-educacionais, das transformações sócio-culturais e da conformação/alteração das representações sociais aqui existentes, entre outros elementos possíveis de análise.

Evidências do debate entre Católicos e Republicanos

Sabemos que, a partir da Constituição de 1891, a educação (sobretudo a popular) veio sendo considerada pelos líderes republicanos como fator fundamental para que o novo regime político fosse consagrado²². Ou seja, segundo eles, os problemas nacionais somente seriam solucionados, fornecendo-se educação à população. Estas idéias eram baseadas no positivismo de Durkheim²³, onde, para que o indivíduo conseguisse se integrar numa sociedade, ele necessariamente teria que ser educado para isso. Apesar do entusiasmo republicano inicial, o ensino acabou não sendo alvo de muita atenção²⁴, devido ao fato de que esta nova fase não chegou a alterar suficientemente as estruturas de poder. Este acabou reforçado, nas mãos da oligarquia regional, e nisso, quem não pertencia à camada dominante, mesmo tendo militado pela República, passou a ser alvo de repressão, devido a suas idéias progressistas e de contestação ao poder vigente. A essa altura o entusiasmo pela educação foi perdendo forças.

O Brasil não organizou o seu próprio sistema nacional de ensino, a partir do final do século XIX, quando o acesso à escola (devido o contexto das sociedades modernas que então exigiam o ingresso da população numa cultura letrada) passava a ser considerado dever do Estado e direito de todo cidadão. A universalização do ensino e a conseqüente erradicação do analfabetismo não estava entre as prioridades da União. O Estado Nacional desobrigou-se desse dever, sendo que durante todo o Império e Primeira República, a educação básica esteve sob a responsabilidade das Províncias e, posteriormente, dos Estados Federados²⁵.

²² WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

²³ DURKHEIM, Émile. *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

²⁴ SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) *Escola Brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987.

²⁵ Segundo Saviani, uma preocupação com a questão da educação a nível nacional, só veio a acontecer após a Revolução de 1930. Cf. SAVIANI, Dermeval. *Educação no Brasil: Concepção e Desafios para o Século XXI*. HISTEDBR on-line, Campinas, n.3, jul. 2001. Disponível em <<http://www.unicamp.br/~histedbr/indexhisted.html>>. Acesso em 19 fev. 2002.

Cada Estado, ao por em prática as reformas do ensino, seguiam uma orientação que não condizia com a original. Daí não se conseguir visualizar um só sistema nacional de educação²⁶. Haviam vários. No entanto, não se pode considerar esta descentralização de poderes, a responsável nem pela falta de um plano nacional de ensino, nem pelos problemas inerentes ao sistema escolar. Na verdade, houveram diversos outros fatores que contribuíssem para tal situação na 1ª República. Por outro lado, afirmar que uma centralização do poder resolveria tais problemas, também não teria fundamento.

Uma outra questão em voga, devido o advento da República, era a separação entre Estado e Igreja. A laicidade do ensino público foi estabelecida em detrimento do ensino confessional, mantendo-se assim até a Constituição de 1934. Ou seja, a partir da proclamação da República, o ensino tende a perder a influência religiosa. Segundo Capelato, a liberdade de pensamento reivindicada nas escolas, significava a não introdução do ensino religioso²⁷. Se a idéia era configurar uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo laica e fundamentada na razão, a influência da religião deveria ser combatida, pois ligava-se ao tradicional, ao que se estava querendo suprimir. Justificava-se a superação do “velho” (concepções e dogmas propugnados e perpetuados pela Igreja Católica), com as perspectivas otimistas que o “novo” prometia (uma nova realidade social, cuja âncora seria uma educação de bases científicas e filosóficas). Já para Werebe, “embora o estabelecimento da laicidade da escola pública representasse, até certo ponto, um golpe para a Igreja, na realidade a orientação católica de todo o ensino manteve-se nas suas concepções e objetivos”²⁸. Essas questões podem, também, serem encontradas nos jornais da então Uberabinha republicana, refletindo não apenas a profusão desse debate, mas a preocupação de alguns setores locais de estarem participando dessas discussões que ocorriam em âmbito nacional. Prova disso são os artigos publicados pelos jornais O Progresso e A Tribuna, como os que se seguem:

(...) Si a civilização fez o desenvolvimento da ciência, das bellas artes e da literatura, é porque não pode haver civilização sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessário. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessário a

²⁶ SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) *Escola Brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987, p.172-173.

²⁷ Cf. JACOMELI, Mara Regina Martins e XAVIER, Maria Elisabeth. A consolidação do liberalismo e a construção da ideologia educacional liberal no Brasil. LOMBARDI, José Claudinei (org). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

²⁸ WEREBE, Maria José Garcia. Op. cit., p.40.

conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do indivíduo, da família, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua pátria o homem ignorante, razão por que afirmo que sem instrução não pode haver civilização, não pode haver progresso.(...) ²⁹

(...) A religião, a pátria e a família reclamam a instrução da nossa mocidade que, uma vez instruída é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bases do direito social, o princípio de auctoridade, a constituição da família e o amor da pátria tendo por guia a religião.(...) ³⁰

Como se observa, as idéias de progresso, civilização, pátria, liberdade, próprias do ideário republicano, em alguns momentos, na cidade de Uberabinha, caminhavam junto às concepções tradicionais da Igreja Católica. Posteriormente, quando se propunha numa nova reforma para o ensino, a restauração da educação católica nas escolas, lia-se artigos com o seguinte teor:

A expulsão do catechismo das escholae em um paiz quasi que na sua totalidade catholico, qual o Brasil, representa a mais perigosa ameaça contra a harmonia da familia brasileira. O Brasil, catholico desde os primeiros actos do seu descobrimento, jamais se devêra sujeitar a essa tam nefasta medida posta em pratica pelo nosso governo republicano, medida prejudicialissima, que já deu, como era esperado, os tristissimos fructos que já infelicitaram a nossa Patria, cuja regeneração parece uma utopia, em vista da intensidade dos males provindos da educação sem Deus, expulso das escholae primarias como *elemento de desordem!* (...) E sendo a eschola o principio da felicidade de um povo, quando é ella moldada nos seus principios de uma bôa educação intellectual, moral e religiosa, è ella mesma a infelicitadora do mesmo povo, quando não completa, rigorosamente, aquella excellente trilogia. Agora, depois de dados os fructos da educação sem Deus, parece que, à uma representação de catholicos mineiros, o governo restaurará a disciplina do catechismo nas escholae primarias públicas, tornando-a obrigatoria nos collegios particulares. Embora algum tanto tarde, pois que o mal já se apoderou do corpo, regosijmo-nos sinceramente com o gesto sympathico e consolador de tal medida, mormente si der os fructos que, confiados somente em Deus, seja-nos permitido esperar, para felicidade da terra da Sancta Cruz. Deus que nos ouça neste angustioso momento, fazendo das escholae o logar predilecto para o ensinamento de sua divina religião, unica que nos pode redimir de

²⁹ P.M. A Instrução da Mocidade. *O Progresso*. Uberabinha, p.3, n.4, 20 set. 1908.

³⁰ P.M. A Instrução da Mocidade. *O Progresso*. Uberabinha. p.1-2, n.6, 09 out. 1909.

tantos males que nos tem perseguido!...³¹

Que mal seria esse que já havia se apoderado do corpo, fruto de uma “educação sem Deus”? Segundo um Mestre-Escola na época, tratava-se da criminalidade:

Suprimidos do ensino e educação da mocidade os inflexos do christianismo, o unico que possui o poder maravilhoso de refrear e domar as paixões humanas, e exposta essa mocidade às escolas do vício, isto é, ao mau exemplo ou escandalo que, em todas as partes ora se patenteia, o que ha de ser o futuro destes nossos pequenos, agora, que tudo facil e indelevelmente lhes grava no animo?! Ha de ser o que a experiencia já vem nos mostrando com os factos que, cada dia, se desenrolam entre nós, onde ninguem ignora o desenvolvimento espantoso da criminalidade. (...) Ahi temos a colheita dos fructos que houvemos plantado! Ahi temos a consequencia logica de nossa desidia para com os nossos filhos; da escola *neutra*, oficialmente implantada em nossa terra e tolerada pela profunda indifferença e mortal inercia de nós, catholicos brasileiros, que sò nos contentamos com o ficar na immensa, na louvável maioria! Meus bons collegas, consideraes que uma bõa parte cabe-nos na regeneração de nossa Patria; porque optimo campo de acção se nos depara. E diante d’esses grandes infortúnios, muito lamentavel seria tambem a nossa desidia, si nós, que tomamos o encargo tão importante, quão espinhoso de ministrar os primeiros conhecimentos humanos à pequenada, deixássemos de ensinar-lhes, igualmente, o caminho da verdadeira felicidade, fundado na pratica da sublime e incomparável doutrina do Divino Martyr do Golgota. Mãos á obra, pois, camaradas! E catecismo no caso!³²

E a quem o autor de tal artigo culpa pela então situação? Os culpados seriam os pais, por não terem se posicionado contra a “escola neutra”, “sem Deus”. E a quem caberia, segundo o autor, a busca pela regeneração dos filhos “devassos”, “covardes”, “medrosos”, “criminosos”, enfim? Caberia aos professores, aos “Mestre-Escolas”. A idéia era que todos, de uma maneira geral, atirassem longe a inércia, sendo realmente responsáveis perante Deus e perante a Pátria. Uma sugestão era que ajudassem a propagar um jornal católico:

(...) Mas, não é só estarmos de accôrdo, é preciso que sejamos catholicos de acção; a propaganda da imprensa catholica, - indispensavel nos tempos hodiernos, segundo Pio X – heis ahi, por exemplo um grande campo, para nós. Leiamos e propaguemos A

³¹ X. Restauração do Ensino Catholico nas Escolas. *O Progresso*.Uberabinha. p.1, n.10, 12 jun. 1910.

³² ESCOLA, Mestre. Consequência Logica. *O Progresso*.Uberabinha p.2, 12 out. 1912.

Sobre o ensino religioso nas escolas públicas, Honorio Guimarães³⁴ expressava seu pensamento nos seguintes termos, manifestando suas concepções em relação às funções do professor na escola pública:

Eis pois como o professor tem as suas funções. A sua representação official prolonga-se ate onde elle for, penso desta maneira. Dada, pois a faculdade de ensinar a religião, em qualquer parte onde elle o fizer, fará officialmente. E' a sua posição de mestre que, sem violência, levava o alumno as lições de doutrina. Basta que o menino saiba que indo a Igreja, agrada ao mestre, para que, sendo um bom menino, um discípulo extremoso, não falte as aulas do cathecismo. Pergunto, isto se dando, não estará o professor exorbitando de suas funções, abusando do seu prestigio official e moral, por impor suas idéias a sociedade em que convive? (...) Outro argumento: Que se dirá de um professor que ande pelas ruas e praças de sua localidade, as des horas, tardes momentos de noites mortas, violão aos braços, dedilhando versos a pallida visão dos seus amores? – Que este professor não e, na significação do termo proprio; se o fosse guardaria a compostura das suas funções. E o mesmo dir-se-a de um rapaz que seja, por exemplo, um colletor? Não. Mais feliz do que nos, elle pode cantar ao violão e deleitar-se nas serenatas, porque não tem prolongada consigo, a representação official, que temos nos com os outros. Portanto, si o professor tem, acompanhando-o a representação de seu cargo, em qualquer ocasião; se elle ensinar religião o faz officialmente, porque, quando não o seja, pode-se presumir, que, devido a sua força moral sobre os meninos, elle consegue traze-los ao ensino da doutrina. Isto estaria, peço permissão para dize-lo, a prevaricação moral do professor, o abuso de confiança no cargo que exerce. ³⁵

Claro está, que pelo menos este redator e os simpatizantes de suas idéias, não eram favoráveis a que se misturasse religião com educação. É interessante ainda neste discurso, perceber a questão da representação do professor, enquanto exemplo de moral e bons costumes. No entanto, percebe-se na fala de Guimarães, uma privação de algo que ele e outros

³³ ESCOLA, Mestre. Que bonita educação! Que bello procedimento! *O Progresso*. Uberabinha p.1, n.15, 31 out. 1914.

³⁴ CARVALHO, Carlos Henrique. *República e Imprensa: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honorio Guimarães (Uberabinha-MG 1905-1922)*. Uberlândia: EDUFU: 2004.

³⁵ GUIMARAES, Honorio. Discurso com que Honorio Guimarães, secretario e membro da Comissão de Bases do Congresso dos professores reunido pela segunda vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nas escolas. *O Progresso*. Uberabinha, p.1-2, n.172, 28 jan. 1911.

jovens apreciavam: a música. O professor, então, para ser exemplar de uma boa conduta, deveria abnegar de certos prazeres. Semelhante ao sacerdócio de que vai se falar mais adiante.

Neste importante estabelecimento realizou-se (...) a festa de encerramento do presente ano lectivo, tendo sido feita a entrega dos diplomas a 34 alumnos que terminaram o curso primario.(...)

S. exc. revm. como zeloso pastor desta diocese, lamentou sinceramente a ausência da imagem de Jesus Christo no salão do Grupo Escolar, não compreendendo porque se persistisse na continuação dessa lacuna em desaccordo com as ideas dos brasileiros, lacuna essa todavia amparada pela constituição da Republica.³⁶

Por outro lado, há discursos veiculados nesta região do Triângulo Mineiro, através da imprensa, em que pode se perceber os ideais republicanos sem nenhuma influência do catolicismo. Percebemos algo diferente com relação ao que se transcreveu anteriormente, por meio do *Gazeta de Uberaba*, o qual trazia impresso em 1909 uma nota informativa, feita pelo proprietário e professor de um educandário particular, no seguinte teor:

Nota – Previna-se aos srs. paes de familia que no Externato não se ensina religião de especie alguma.³⁷

Resta saber se era ou não uma grande maioria da população que aderiria a tal posicionamento ideológico. Ou se notas deste teor eram publicadas no sentido de evitar cobranças por parte de pais de alunos que acreditassem na necessidade do ensino religioso. Havia, certamente, em cada localidade, aquelas figuras mais tradicionais e em contrapartida os favoráveis a transformações.

Uma das explicações pode ser encontrada, por exemplo, nas filiações partidárias dos responsáveis pelos veículos de comunicação aqui trabalhados, e igualmente na “força” ou “fraqueza” dos opositores das idéias então prevaletentes. Em Uberabinha, de mesmo teor, lia-se o seguinte:

(...) Sob as bandeiras da crença anti-deístas e anti-christãs, muitos desastres tem se realizado, é certo: mas sobre o lábaro do Christianismo também Ignácio de Loyola corrompeu muitas gerações e sucessivos desastres tem se originado em toda a parte do mundo. (...) O Brasil, a republica brasileira, que recebe impostos do

³⁶ Grupo Escolar: A festa de domingo – os discursos, a nossa impressão, outras notas. *Lavoura e Commercio*. Uberaba, n. 1519, ano 15, 17 dez. 1913, p.1.

³⁷ CHAVES, João Augusto. Externato Chaves. *Gazeta de Ueraba*, Uberaba, ano 31, n.3.500, 20 mar. 1909.

catholico, do protestante, do espírita, do ateu, do positivista, e mantem o ensino publico com o respeito a liberdade de cada um, nacional, ou estrangeiro, que aqui vive a Liberdade, igualdade e fraternidade, sob o lemma sublime e santo de Ordem o Progresso.³⁸

Com relação ao (des)interesse pelo ensino dos filhos, devemos esclarecer que, na Primeira República, grande parte da população ainda vivia no campo. E mesmo com o êxodo incipiente para os centros urbanos, era notável o desinteresse geral pelo ensino. Ainda não se compreendia que “benefícios” a escolarização poderia oferecer. Na zona rural, claro, não havia no que aplicar de imediato o que se aprendia, e esta idéia parece ter sido transposta para as cidades, vinda com os migrantes camponeses. Em Uberabinha, o clamor quanto à importância da educação, direcionava-se, por fim, à mocidade:

(...) Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permitaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, também de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistência a instrucção para vossos espíritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar.(...) Pedindo a instrucção, pedireis tudo quanto purifica, exalta e aperfeiçoa a alma humana.³⁹

(...) Ao todo matricularam-se nesta cidade 187 creanças, cujo numero poderia ser ainda maior se não fosse a condemnavel incuria de alguns paes que preferem ver seus filhos crescerem envoltos nas trevas da ignorancia, atirados ao lodaçal da vagabundagem, a fazellos frequentarem as escolas, fonte do saber que é a luz preciosa que guia o homem na sociedade.⁴⁰

Na mesma direção, Guimarães já havia observado (em 1909) sobre a importância da educação no estado de Minas Gerais:

Minas procura resurgir pela escola, vae recebendo o impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrucção tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rapido e yanke. Convem pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E’ preciso convencil-o a convencer-se se não for possivel, obrigal-o a convencer-se. Muitas vezes a boa logica deixa de existir

³⁸ GUIMARAES, Honório. *O Progresso*, n. 173, anno IV, 4 fev. 1911, pp.1-2. Tratou-se de um discurso em que Honório Guimarães, secretário e membro da Comissão do Congresso dos Professores, reunidos em Belo Horizonte, refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nas escolas.

³⁹ P.M. A Instrucção da Mocidade. *A Tribuna*. Uberabinha. p.1-2, n.6, 09 out. 1920.

⁴⁰ Ensino Primário. *A Tribuna*. Uberabinha, p.1, n.11, 27 jan. 1923.

para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumprir-la é mais fácil do que pedir por favor.⁴¹

Uma diferença é perceptível entre os dois grupos (católicos e republicanos), a respeito do sentido da educação, havendo toda uma preocupação com relação a adaptar uma vontade (seja da população em geral, seja do redator ou de simpatizantes do então órgão de propaganda em particular), local e/ou regional às idéias e pensamentos inerentes a uma política nacional. Ou seja, queria que se partisse do governo, medidas mais enérgicas com relação a uma obrigatoriedade do ensino. Só assim, vislumbravam um avanço em termos de escolarização, fator relevante para a concretização do regime republicano. Já na fala dos católicos o que se percebe, através dos periódicos, era a necessidade da educação enquanto purificação, enquanto herança, a mais valiosa, enquanto luz que viria extirpar as trevas, a vagabundagem, a criminalidade. Expressões cabais da ausência de Deus no âmbito escolar, segundo as assertivas do discurso católico.

Considerações Finais

As questões aqui apresentadas denotam o universo de elementos articulados à um plano de ação voltado para uma efetiva intervenção sobre o meio social e, principalmente educacional. De um lado, os aspectos fundamentais das estratégias católicas de organização e mobilização das forças conservadoras, que buscam preservar a situação anteriormente existente. A definição de tal intervenção comportará o enfrentamento de questões inerentes ao conjunto de transformações pelo qual o Brasil passava naquele momento. No âmbito de tais questões, há o esforço em articular a estabilidade dos princípios morais católicos, expressos nos diversos artigos publicados pelos jornais.

Em contraposição ao ideal católico encontram-se os princípios republicanos de educação, considerada um fator de promoção social capaz de promover o enquadramento dos indivíduos à sociedade. Nos jornais, havia um forte apelo para a criação de escola, porque seria através da instrução que se atingiria o mais alto patamar de progresso e civilidade, ao contrário daquilo que os ideólogos católicos propugnavam, ou seja, os princípios do catolicismo não deveriam interferir na formação escolar das crianças, futuros cidadãos da República.

⁴¹ A Obrigatoriedade do Ensino. *O Progresso*. Uberabinha, p.1, n.77, 14 mar. 1909.

Portanto, os artigos publicados pelos jornais expressão um difícil equilíbrio entre a força da tradição, que transforma toda ação educacional em uma secular obra de apostolado, e a viabilidade do moderno, no caso a República, concebida como elemento mobilizador de novas potencialidades no campo educacional.

Referências

ALMEIDA, Nelly Alves de. *Colégio Santa Clara, 1921-1981*. Goiânia: s. e., s. d.

AMADO, Tina; FÁVERO, Osmar & GARCIA, Walter. “Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação”. ANPED. *Avaliação e Perspectivas na Área de Educação: 1982-1991*. Porto Alegre, 1993.

AMARAL, Luiz. *Jornalismo: Matéria de Primeira Página*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1982.

ARANTES, Jerônimo. *Memórias Históricas de Uberlândia*. 2º ed., Uberlândia: s. e., 1982.

ARAÚJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JUNIOR, Décio & REZENDE, Marilza Abrahão P. "Notícia Sobre a Pesquisa de Fontes Histórico-Educacionais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba". *Educação e Filosofia*, Universidade Federal de Uberlândia, 10 (19): jan/jun 1996.

ARAÚJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo & GATTI JUNIOR, Décio. “História e Memória Educacional: Gênese e Consolidação do Ensino Escolar no Triângulo Mineiro”. *História da Educação*, Pelotas (RS), 1 (2): 5-28, set 1997.

ARAÚJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo & GATTI JUNIOR, Décio. “Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista *A Escola*, 1920-1921”. *História da Educação*, Pelotas (RS), 2 (3): 59-93, abr. 1998.

ARRRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro, a vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano*. Belo Horizonte: ALEMG, 1994, 2 vol.

ATHAYDE, Tristão. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

AZZI, Riolando. *A Igreja no Brasil: da apologética à renovação pastoral (1912-1944)*. Belo Horizonte: O Lutador, 1981.

BANN, Stephen. *As Invenções da História: Ensaio Sobre a Representação do Passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara, *As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1952)* tese doutorado.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: EDUSP, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. *Industrialização e Educação: a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971*. São Carlos, UFSCar, 1996.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. *Schola Mater: A Antiga Escola Normal - 1911-1933*. São Carlos (SP): EDUFSCar, 1996.

BUFFA, Ester. “Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da LDB e a participação da RBEP”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65 (150): 301-313, mai/ago 1984.

BUFFA, Ester. *Ideologias em Conflito: Escola Pública x Escola Privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de

Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.(Dissertação).

CAPELATO, Maria Helena R. & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª edição: 1994.

CAPELATO, Maria Helena, Imprensa, uma mercadoria política. *História e Perspectiva*. Uberlândia: n° 4, jan/jun, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo*: Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História da República*. Tomos I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Carlos Henrique de, GONÇALVES NETO, Wenceslau e ARAUJO, José Carlos Souza. *Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica* (Uberlândia-MG, 1930/1950) ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio (orgs) *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa* Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG EDUFU, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique. *República e Imprensa: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honorio Guimarães* (Uberabinha-MG 1905-1922). Uberlândia: EDUFU: 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. *A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano* (Uberabinha-MG 1911 – 1930). Uberlândia, UFU, 2002 (Dissertação).

CARVALHO, Maria M. Chagas. *Notas para a Reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920-1930)*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (66): 4-11, ago 1988.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. “Educação e Política nos Anos 20: A desilusão com a República e o entusiasmo pela educação”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Vilma Peres da (Org.). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, pp. 115-132.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A Sistematização de Arquivos Públicos*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 1991.

CASTRO, Amélia Domingues de. “A Didática na RBEP: um Percurso de Quatro Décadas”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65 (150): 291-300, mai/ago 1984.

CASTRO, Maria Céres P. S. et alii. *Folhas do Tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.), 1997; Apêndice- “A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944”. In: *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Barbara. “A imprensa Periódica Educacional: As Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, MG, 10 (20): 115-130, jul/dez 1996.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à Meia-Luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1919*. São Paulo: FEUSP, 1989 (tese de doutorado).

CATANI, Denice Bárbara. *Informação, Disciplina e Celebração: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*. Texto apresentado na XVI Reunião Anual da ANPED, Caxambú, MG, 1993. Publicado na Revista da Faculdade de Educação, v. 21, n. 2, jul./dez. 1995. CATANI, Denice Barbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Educação em Revista: A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. ARAUJO, José Carlos Souza, et alii. *Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921)*. *História da Educação*, Pelotas, abril 1998. BASTOS, Maria Helena Câmara. *O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo: FEUSP, 1994,

CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. “Os Discursos da Escola”. In: *Discursos Sobre a Leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

- CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leituras”. HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- CHIZZOTTI, Antonio. “Avaliação & Perspectiva da pesquisa através das publicações em periódicos”. ANPED. *Avaliação e Perspectivas da Área de Educação: 1982-1991*. Porto Alegre, 1993, pp. 217-227.
- CONTIER Arnaldo D., *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: Matizes do Vocabulário Político e Social*, Petrópolis, Vozes, 1979; Maria Rosa Duarte de Oliveira, *João Goulart na Imprensa: de Personalidade a Personagem*, São Paulo, Annablume, 1993.
- CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo: 1822-1842*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *História de Vida na Abordagem de Problemas Educacionais*. São Paulo: Vértice, 1988.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As Armadilhas do Poder: Bastidores da Imprensa*. São Paulo: Summus, 1990.
- DINES, Alberto. *O Papel do Jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.
- DURKHEIM, Émile. *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. “A Escola no Movimento da Cidade: Os Grupos Escolares em Belo Horizonte”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 26, dez 1997, pp. 89-101.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Entre-vistas: Abordagens e Usos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público: Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos Períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis: Editora UFSC, 1991.

FISCHIMAN, Roseli. (coord.). *Escola Brasileira: Temas e estudos*, São Paulo: Atlas, 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Primeira página*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1985.

GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952*. Campinas: Unicamp, 1995.

GARCIA, Ir. J. R. e CAPDEVILLE, G. (orgs). *Educação Católica*. Bauru: Edusc, 2001.

GATTI, Giseli Cristina do Vale e INÁCIO FILHO, Geraldo. História e Representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950). *Educação e Filosofia*. Uberlândia: EDUFU, Vol 18, Número Especial – Maio de 2004.

GOLÇALVES NETO, Wenceslau e LOBATO, Henrique Carvalho "Modernização da Agricultura e Imprensa: Uberlândia, MG, 1966-1971", *Anais*, Vol. 1, III Congresso Brasileiro de História Econômica, Niterói, ABPHE/UFF, outubro 1996.

GONÇALVES NETO, Wenceslau e CARVALHO, Carlos Henrique de. O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG EDUFU, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau et alii. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. *Revista de Educação Pública*, 1997, Cuiabá, nº 6.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; ARAUJO, José Carlos S.; INÁCIO FILHO, Geraldo & GATTI JUNIOR, Décio. "Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias para o Estudo da História da Educação Brasileira e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba". *RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 76 (182/183): 351-54, jan/ago 1995.

GOUBERT, Pierre. "História Local". *História e Perspectiva*. Uberlândia: nº 6, EDUFU, 1992

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. “A Transformação Econômica do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo Mineiro na Divisão Inter-regional do Trabalho”. *História & Perspectivas*, n. 4, jan/jun 1991.

HORTA, José Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

HUNT, Lynn. “Apresentação: História, Cultura e Texto”. In: *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 01-32.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Ordens do Dia e Educação Política: da construção à materialização da representação coletiva*. Campinas (SP): FE/UNICAMP, 1997 (tese de doutorado).

JACOMELI, Mara Regina Martins e XAVIER, Maria Elisabeth. *A consolidação do liberalismo e a construção da ideologia educacional liberal no Brasil*.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e Poder: ligações perigosas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRAMER, Sônia & JOBIM E SOUZA, Solange. *Histórias de Professores: Leitura, Escrita e Pesquisa em Educação*. São Paulo: Ática, 1996.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. São Paulo: Paulinas, 1980.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: EDUSP, 1997.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LOMBARDI, José Claudinei (org). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas (SP): Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei (org). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

LOPES, Eliane M. T. “O service d’Histoire de l’Éducation: a serviço dos pesquisadores e docentes”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, no. 8, dez. 1988.

- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas Históricas da Educação*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1995.
- LOPES, Luis Carlos. *A Informação e os Arquivos: Teorias e Práticas*. Niterói (RJ): EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- LOPES, Maria Antonieta Borges & BICHUETTE, Mônica M. Teixeira Vale. *Dominicanas: Cem Anos de Missão no Brasil*. S.l.e.: Editora Vitória, 1986.
- LUSTOSA, Elcias. *O Texto da Notícia*. Brasília: UnB, 1996.
- MACHADO, Maria Clara Thomaz. “A pobreza urbana na ótica do capital (Uberlândia-1900-1960)”. In. SILVA, Marcos A. da (org.). *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Brasília, MCT/CNPq, 1990.
- MAGALHÃES, Justino. *Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo*. Braga (Portugal): Universidade do Minho.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANOEL, I. A. *Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Unesp, 1996.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia: Jornalismo com Produção Social da Segunda Natureza*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1989.
- MATOS, Henrique. *Catolicismo na defensiva (1890-1922). Família Cristã*. São Paulo: Vol 68, nº 20, jan 2002.
- MEHY, José C. S. Bom (Org.). *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as Províncias*. São Paulo: Nacional, 1940, 4 vols.
- MORAES, Marieta de. *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- MUNICÍPIO DE UBERABINHA. *História, Administração, Finanças, Economia. São Pedro de Uberabinha (Uberlândia)*: Oficinas Typographicas da Livraria Kosmos, 1922.
- NABUT, J. *A Igreja em Uberaba*. Uberaba: Edição Fundação Cultural de Uberaba, Museu de Arte Sacra de Uberaba, 1987.
- NADAI, Elza. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. São Paulo: FEUSP, 1987 (Dissertação).
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- NASCIMENTO, Dorivaldo Alves. *História de Uberlândia*. Uberlândia (MG): Grafy Editora, 1998.
- NÓVOA, Antonio "A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português". In: (Org.) Denice CATANI et all. *Educação em Revista- A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p.31.
- NÓVOA, Antonio (Coord.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- NÓVOA, Antônio. *A imprensa de educação e ensino – repertório analítico (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.
- PAIM, Antônio (org). *Plataforma política do Positivismo ilustrado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PAIN, Antônio. *O liberalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- PAIVA, Vanilda. Educação: um velho debate sempre atual. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.5, n.30, p.25-28, abr. 1997.
- PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *Educação no Brasil - Anos Vinte*. São Paulo: Loyola, 1983.
- PREFEITURA Municipal de Uberlândia. *Guia - Arquivo Público Municipal*. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1992.

- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos, *História & Perspectivas*, Uberlândia, n.16/17, p.149-164, jan./dez. 1997.
- ROIZ, Dr. Euphrasio José. Considerações a cerca do ensino primário. *O Trabalho*. Cidade de Patos, Minas. p.1, n.11, 27 jan. 1907.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis RJ: Vozes, 1986,
- ROSAS, Paulo. “A Psicologia na RBEP”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65 (150): 314-335, mai/ago 1984.
- SAVIANI, Dermeval. “A Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela RBEP”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65 (150): 273-290, mai/ago 1984.
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís (Org.). *História e História da Educação: O Debate Teórico- Metodológico Atual*. Campinas (SP): Autores Associados, 1998.
- SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1990.
- SILVA, Marcos da. “A história e seus limites”. *História e Perspectiva*. Uberlândia: n° 6, EDUFU, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: Um Estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: FEUSP, 1996 (tese doutorado).
- SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) *Escola Brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987.

TAMBARA, Elomar. *Bosquejo de um Ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: IBRASA, 1986.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3 vols., Belo Horizonte: Lemi; Brasília, INL, 1980.

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças: História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIDAL, Diana Gonçalves & CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. "A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: v.73, nº 175.

VIDAL, Gonçalves Diana & FARIA FILHO, Luciana Mendes. *As lentes da História estudos de História e Historiografia da educação no Brasil*. Campinas –SP: Autores Associados, 2005.

VILLELA, Heloísa. "A primeira Escola Normal do Brasil". In NUNES, Clarice (org.). *O Passado Sempre Presente*. São Paulo: Cortez, 1992, pp. 17-42.

WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e Escola no Brasil: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)*. São Paulo: Papirus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. e outras. *História da Educação: A escola no Brasil*. São Paulo, FTD, Col. Aprender & Ensinar, 1994.

ZICO, Pe. José Tobias. *Caraça: Peregrinação, Cultura e Turismo – 1770-1976*. Contagem (MG): Editora Littera Maciel, 1988.

Carlos Henrique de Carvalho é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: carloshcarvalho06@yahoo.com.br ou chc@ufu.br.

Wenceslau Gonçalves Neto é doutor em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade Federal de Uberlândia. Email: wenceslau@ufu.br.

Recebido em: 16/09/2005

Aceito em: 20/01/2006